

Estado, formação de gestores e a pós-graduação em administração brasileira: o caso do PNTE

Amon Barros¹

Adéle de Toledo Carneiro¹

¹ Fundação Getúlio Vargas / Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo / SP — Brasil

Este trabalho objetiva compreender como o governo brasileiro articulou o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE) no Brasil na década de 1970. O texto discute a importância do PNTE como esforço governamental para disseminação de programas de pós-graduação em administração no país. Além da pós-graduação, o programa teve importante papel na disseminação do *management* no Brasil. O foco no caso da FGV EAESP se justifica por ela ter sido apontada pelo governo federal brasileiro como escola líder do programa, tendo participado de seu delineamento e coordenado sua implantação. Os dados foram produzidos por meio da análise documental e da técnica de entrevistas semiestruturadas. Priorizou-se uma reflexão sobre o uso de documentos e da memória para a pesquisa histórica em administração e, conseqüentemente, para registrar a influência do convênio do PNTE na escola, entre os anos de 1972 a 1976. Por fim, inseriram-se nessa discussão as dificuldades ocasionadas pelas reformulações promovidas pelo programa na estrutura e nos cursos da FGV EAESP, além de relacioná-las com o contexto histórico brasileiro da época.

Palavras-chave: história do ensino em administração; políticas para educação; americanismo; história e administração.

Estado, formación de gestores y el posgrado en administración brasileña: el caso del PNTE

Este trabajo objetiva comprender cómo el gobierno brasileño articuló el Programa Nacional de Entrenamiento de Ejecutivos (PNTE) en Brasil en la década de 1970. El texto discute la importancia del PNTE como esfuerzo gubernamental para diseminación de programas de postgrado en administración en el país. El foco en el caso de la FGV EAESP se justifica por haber sido apuntada por el gobierno federal brasileño como escuela líder del programa, habiendo participado de su delineamiento y coordinado su implantación. Utilizando el análisis documental y la técnica de entrevistas semiestruturadas, se priorizó una reflexión sobre el uso de documentos y de la memoria para la investigación histórica en administración y, conseqüentemente, para registrar la influencia del convenio del PNTE en la escuela, entre los años 1972 a 1976. Por último, se inserta en esta discusión las dificultades ocasionadas por las reformulaciones promovidas por el programa en la estructura y en los cursos de la FGV EAESP, además de relacionarlas con el contexto histórico brasileño de la época.

Palabras clave: historia de la enseñanza en administración; políticas para la educación; americanismo; historia y administración.

State, managerial training and the Brazilian graduate programs in administration: the PNTE case

This article aims to understand how the Brazilian government articulated the National executive's Training Program (PNTE) in Brazil in the 1970s. The text discusses the importance of PNTE as a governmental effort to disseminate postgraduate studies in administration in the country. Besides offering graduate education, the program had an important role in the dissemination of management in Brazil. The focus of the FGV EAESP case is justified by the fact that it was pointed out by the Brazilian Federal Government as the leading school for the program, having participated in its design and coordinated its implementation. The data was produced using documentary analysis and semi-structured interviews. The text reflects on the use of documents and memory for historical research in administration and, consequently, to record the influence of the PNTE school agreement between the years of 1972 and 1976. Finally, this discussion tackles the difficulties caused by the reformulations promoted by the PNTE in the structure and courses of FGV EAESP, in addition to relating them to the Brazilian historical context of the time.

Keywords: Administration education; Americanism; education policies; history and administration.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612174353>

Artigo recebido em 12 jan. 2017 e aceito em 7 maio 2018.



1. INTRODUÇÃO

O ensino superior em administração se desenvolveu no Brasil especialmente a partir dos anos 1950. Os dois primeiros cursos superiores foram criados em 1952 na Escola Brasileira de Administração Pública (atual EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e na Universidade de Minas Gerais (atual UFMG), e se concentravam no ensino de administração pública (Alcadipani e Bertero, 2014; Barros e Carrieri, 2013). Posteriormente, foram estabelecidos outros cursos de administração de empresas. Um na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), e outro, de novo, na UFMG (Barros, 2014). Por fim, em 1959 foram estabelecidas novas escolas de administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), interessadas na administração pública e de empresas (Barros e Carrieri, 2013; Fischer, Waiandt e Fonseca, 2011; Machado, 1966).

O ensino superior em administração foi influenciado por missões americanas no país (Barros, Alcadipani e Bertero, 2018; Cooke e Alcadipani, 2015; Alcadipani e Bertero, 2014, 2012). Contudo, também foi influenciado por iniciativas patrocinadas pelo governo brasileiro, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) (Wanderley, 2016), e, como discutido neste artigo, programas como o PNTE.

Diversos estudos enfatizam a preponderância do americanismo como chave interpretativa para se entender o desenvolvimento da administração no país, especialmente pela importância do apoio estadunidense na criação dos cursos da FGV, UFRGS e UFBA (Cooke e Alcadipani, 2015; Barros, 2014; Barros e Carrieri, 2013). De diferentes modos, o apoio concedido pelos Estados Unidos (EUA) por meio de iniciativas como o Ponto IV ou a Aliança para o Progresso, a partir dos anos 1960, contribuiu para o delineamento dos primeiros cursos de administração no país. No caso da EBAPE e da EAESP da FGV, esse apoio veio na forma de treinamentos dos professores nos EUA, mas também em investimentos diversos como na infraestrutura das escolas (Cooke e Alcadipani, 2015).

Entretanto, embora os EUA tenham desempenhado um papel importante na exportação de um modelo específico de se entender a gestão, certamente os desenvolvimentos de cada um dos cursos de graduação no país foram também influenciados por características específicas. Incluem-se aí as demandas do Estado brasileiro (Fischer, 1984) e as diversas iniciativas centralizadas ou não que visavam fazer avançar a formação de gestores no país, das quais o PNTE é exemplo. Nos anos 1970, havia vários cursos de graduação em administração oferecidos no Brasil (para uma lista não exaustiva, ver Machado, 1966). O país vivia o chamado “milagre econômico” e a demanda por gestores formados crescia na medida em que as empresas se tornavam mais complexas e novas demandas eram colocadas para a gestão do Estado, ao mesmo tempo que se observa o declínio de cursos focados na especificidade da gestão pública e a hegemonia da gestão de empresas (Fischer, 1984; Coelho e Nicolini, 2013).

Não havia cursos de pós-graduação na área e eram poucos os cursos para graduados, com destaque para iniciativas da FGV EAESP que mimetizavam os MBA estadunidenses. A formação de novos professores se dava principalmente no exterior, em outras áreas ou alheia aos cursos de mestrado ou doutorado, passando no máximo por cursos de especialização. Em boa medida para preencher essa lacuna e para incentivar a formação de professores e a formação técnica de gestores, em 1973 foi criado o Programa Nacional de Treinamento de Executivos (PNTE). O Programa via na formação de professores um elemento fundamental para a expansão dos cursos de graduação e consequente aprimoramento da formação dos gestores e administradores brasileiros.

Financiado pelo governo federal, o PNTE foi importante no estabelecimento dos primeiros programas de pós-graduação em administração: na FGV EAESP, na Faculdade de Ciências Econômicas (Face) da UFMG e no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Coppead), ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Fundação João Pinheiro (FJP) de Minas Gerais também foi contemplada, mas para cursos de nível técnico apenas.¹ Se tomados apenas os cursos de pós-graduação de 1973 a 1975, foram gastos cerca de 21,5 milhões de cruzeiros (conforme documentação Finep).² Para se ter ideia, se atualizado pelo IGP-DI com a calculadora disponibilizada no site do Banco Central do Brasil (2018), o valor equivaleria a cerca de 87 milhões de reais. Comparado com o percentual em relação ao PIB de então, o programa contou com o investimento equivalente a 0,03%, o que dá uma ideia do esforço do Estado em relação ao programa.

Neste artigo, o PNTE é analisado a partir dos seus efeitos sobre o delineamento dos programas de pós-graduação da FGV EAESP. A escola foi escolhida como parceria preferencial do governo federal para criação, implantação e difusão dos programas.

Para compreensão do PNTE como modelo, é importante olhar para o ambiente do ensino em administração no país, pelo menos a partir de duas óticas complementares: primeiro, a Guerra Fria e a ação consciente dos EUA para disseminar os valores do capitalismo. Em segundo lugar, também, o desenvolvimentismo, que nas suas múltiplas perspectivas ideológicas foi importante para justificar a criação de um programa que formaria administradores e professores de administração. O PNTE, inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Brasil, 1971), vislumbrava a disseminação dos saberes administrativos como estratégia de promoção de certo tipo de desenvolvimento econômico, atrelado à influência estadunidense. A contribuição do PNTE foi importante para a pós-graduação em administração no Brasil, embora ainda pouco discutida na história sobre o tema. O PNTE foi o ponto de partida de programas de pós-graduação *stricto sensu* que posteriormente adquiriram importância regional e nacional.

O PNTE foi um esforço do Estado brasileiro para disseminar a formação de professores de administração que, por sua vez, levariam à formação de mais gestores no ensino superior brasileiro. Ao mesmo tempo, reiterou a posição de hegemonia da gestão de empresas, ante a gestão pública que marcou o desenvolvimento dessa área (Coelho e Nicolini, 2013). A administração é um conjunto de práticas e saberes que emergem e se consolidam num contexto específico e são portadores de valores que os formatam (ver, por exemplo, Kelley, Mills e Cooke, 2009; Landau, 2006). Está ligada ao contexto ideológico (Covre, 1991; Kelley, Mills e Cooke, 2009), mas é também formada a partir das práticas cotidianas dos gestores (Barros et al., 2011). Assim, o desenvolvimento dos cursos que tratam da administração não pode ser amputado do contexto no qual se estabeleceram.

O artigo foi dividido nas seguintes partes: primeiramente, disserta-se sobre o método utilizado na pesquisa, juntamente com as ideias sobre o uso de documentos e da memória pelas entrevistas realizadas; posteriormente, o PNTE é explicado e dentro do contexto histórico da época; então, apresenta-se a análise das atividades de ensino em administração na EAESP antes e durante a atuação dos objetivos inseridos no convênio do projeto com a escola. Ao final, são feitas considerações sobre a contribuição da pesquisa para a área de estudos organizacionais e administração, com ênfase na

¹ Documentos básicos sobre o programa nacional de treinamento de executivos — MPCG, RAP 4/73, p. 98.

² Relatório de atividades Finep 1965, jun. 1973.

relevância de se compreender o papel ocupado pelo Estado brasileiro no estabelecimento do sistema de pós-graduação em administração, ainda que tal feito tenha sido alcançado com apoio de uma entidade privada.

2. MÉTODO E OBJETO

O uso da história na construção do pensamento em administração se consolida especialmente a partir do início deste século (Rowlinson, 2013; Weatherbee, 2012; Üsdikem e Kieser, 2004; Clark e Rowlinson, 2004; Kieser, 1994; Lawrence, 1984). O subcampo já está consolidado fora do país e também no Brasil (Alcadipani e Bertero, 2012; Costa, Barros e Martins, 2010; Vizeu, 2010). No Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad), a discussão se estabeleceu como subtema específico da área de administração pública em 2009, de ensino e pesquisa em 2010 e de estudos organizacionais em 2011.

Este trabalho se valeu de métodos históricos e do diálogo com a historiografia para analisar o PNTE, buscando compreendê-lo e situá-lo historicamente. A partir disso, o artigo analisa os impactos provocados pela ação do Estado em parceria com um ente privado a fim de estabelecer a pós-graduação no Brasil. No momento em que o PNTE como projeto é implantado, a disseminação de técnicas administrativas era vista como elemento-chave para que um país subdesenvolvido alcançasse os parâmetros ideais de organização e gestão, isto é, conforme os modelos gerenciais de países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, a implantação de um sistema de pós-graduação era vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento do país em todas as áreas, incluindo a administração. Ao escrever sobre a trajetória do convênio do PNTE na EAESP na década de 1970, foi possível identificar os debates desenvolvidos sobre o tema e constatar dificuldades ao longo do período.

Ao abrir espaço para novas percepções e novas abordagens com relação ao seu objeto de estudo e propor que a história é explicada a partir do presente, mas que o objeto é o resultado do seu passado, o autor em busca da veracidade deixa entrever que seu próprio texto se insere nas disputas que dominam o presente. Nas palavras de Gramsci (2002:37), “escrever história significa fazer história do presente”. Essa visão calcada na historiografia, considerando as múltiplas complexidades referentes à própria natureza do passado e da história, pode contribuir com os Estudos Organizacionais (Weatherbee, 2012).

O emprego mais comum da história nos estudos administrativos e organizacionais segue uma lógica que assume a existência de um passado exterior passível de ser descoberto. Nele, a “verdade é encontrada por meio da correspondência de referências comuns entre os ‘fatos’ e o passado, nos quais passado e história são sinônimos” (Weatherbee, 2012:205). Assim, pressupõe-se a crença de que existe uma realidade passada, a partir da qual o passado pode ser objetivado e trazido de volta. Tal postura é entendida por Gramsci (2002) como parte da história “fetichizada”.

Especialmente a partir das discussões da Nova História, cujos objetivos permitiram o alargamento e aprofundamento da história científica e ampliação do campo e dos métodos da historiografia (Le Goff, 1990), ao longo do século XX a memória se consolidou como uma ferramenta passível de análise histórica. Por ser acessada especialmente a partir do relato das pessoas, a memória é definida por Le Goff (1990:423) como “a propriedade de conservar certas informações”. Assim como os documentos, a memória é uma construção social (Pollak, 1989), permitindo refletir sobre a ideia de que nenhum diálogo acerca do passado e do presente é neutro, uma vez que exprime um sistema de atribuições de valores (Costa e Saraiva, 2011).

Os documentos, por sua vez, podem ser vistos como uma versão chancelada daquilo que deve ser conservado para se tornar história. Seu aproveitamento é beneficiado por um olhar crítico ou cético em relação às informações que se cruzam na análise dos documentos. Quando possível, também podem ser enriquecidos ou comparados com a visão de atores partícipes dos processos analisados para trazer outras perspectivas sobre os eventos que apresentam. Não existe um documento objetivo, inócuo ou primário, e o que transforma o documento em um monumento é sua utilização pelo poder (Le Goff, 2003:536). Assim, a crítica do documento é um momento necessário para a construção da narrativa histórica.

Há diversas maneiras de se trabalhar com documentos históricos. Para Sá-Silva e colaboradores (2009), dependendo do posicionamento adotado, um trabalho pode utilizar a pesquisa documental, o método documental, uma técnica documental ou uma análise documental. A análise documental escrita segue um ritual de perguntas por parte do pesquisador para situar o documento trabalhado na época na qual foi produzido. Ao questionar, por exemplo, quem produziu o documento, onde, qual sua forma e com qual objetivo, fica claro que o conhecimento se estabelece pelo conjunto de técnicas que permeiam a análise documental. Assim, o trabalho com documentos é um processo que depende do objetivo da pesquisa para determinar qual o melhor tipo de análise e denominação, mas tendo sempre a matriz teórica como referência filiada pelo pesquisador. Muitas vezes, implicando a necessidade de cotejamento de vários documentos centrais e complementares, produzidos por pessoas, instituições e em situações diversas.

Ao trabalhar com documentos é importante considerar uma análise também sobre o local onde essas fontes históricas são encontradas e armazenadas (Barros, 2014). Poucos trabalhos em administração e estudos organizacionais refletem sobre a importância do arquivo na construção do documento. Embora esse uso esteja mais disseminado com a consolidação do subcampo de estudos em história e estudos organizacionais, ainda são poucos os trabalhos historiográficos a partir de pesquisa documental.

Os arquivos são uma fonte de conhecimentos históricos. A partir da interação com esses espaços, é possível elaborar questionamentos sobre aquilo que foi preservado e o que foi esquecido (Stoler, 2010). O arquivo é um espaço de reflexão que pode armazenar os dados, mas também permitir inquéritos sobre sua constituição. Em conjunto, neste trabalho essas ferramentas vão atuar na reflexão sobre a construção da memória dos programas analisados, no que se refere ao período identificado que, apesar de relativamente curto, se refere à gênese da pós-graduação em administração no Brasil, tendo por isso importância histórica.

O PNTE marcou um momento importante para a pós-graduação brasileira na área de administração, possibilitando os intercâmbios entre docentes e pesquisadores brasileiros para o exterior a fim de estudar e trocar experiências sobre gestão em instituições internacionais. Por relacionar o programa com o desenvolvimento dos cursos superiores em administração e compreender os delineamentos desses elementos para a administração pública, este estudo se congrega a outros que discutiram a formação do campo no país (Alcadipani e Bertero, 2012; Barros e Carrieri, 2013; Coelho e Nicolini, 2013). Após a escolha do projeto como objeto de pesquisa, bem como da delimitação temporal, foi realizada uma primeira análise dos documentos relacionados com o programa. A partir da leitura deles, entendeu-se que a centralidade da FGV EAESP no delineamento, estabelecimento e desenvolvimento do PNTE torna possível refletir sobre ele a partir do estudo do caso específico do convênio firmado com a Escola. Procurou-se reunir os documentos correspondentes a esses tópicos nos ar-

quívos da própria FGV EAESP, coletando informações sobre o período. A estes foram acrescentados os documentos públicos de interesse encontrados a partir de buscas na internet. Com essa seleção, após uma breve leitura, foram realizadas entrevistas com os principais professores atuantes na época, para o contraste com o conhecimento interpretado por meio dos documentos e buscar sugestões para a coleta de novos dados para a pesquisa.

O trabalho passou a ter como foco a documentação sobre as atas de reunião do Conselho Departamental na década de 1970. Essas atas foram utilizadas a partir de então como as principais fontes de pesquisa, além dos documentos produzidos pelo Estado sobre o programa. A leitura, até então realizada de maneira flutuante e generalizada, passou a ser realizada a partir de categorias de análise, reunindo os dados em categorias delimitadas para a estruturação do trabalho: planos de carreiras dos professores da EAESP no período, pormenores da criação do curso de mestrado e doutorado na instituição, e problemas e o desenvolvimento do PNTE na Escola.

A pesquisa contou, então, com duas fontes de dados: os advindos de documentos coletados nas organizações e veículos pertinentes, bem como informações levantadas em entrevistas com atores-chave da FGV EAESP e/ou conhecedores dos processos que permitiram a consolidação dos programas de pós-graduação e, mesmo, do PNTE. No período entre abril e agosto de 2015, nove pessoas foram entrevistadas e tiveram suas falas transcritas. Elas são mencionadas neste texto como “Entrevistado 1, 2” e assim por diante.³ As entrevistas totalizaram cerca de nove horas e foram fundamentais não somente para a constituição da memória sobre o tema, mas principalmente porque os entrevistados ajudaram na procura por documentos sobre a atuação do PNTE na EAESP.

3. O PNTE E O CONTEXTO BRASILEIRO ENVOLVIDO NO PERÍODO ANALISADO

O I PND implantado em 1971 no governo do ditador Emílio Garrastazu Médici tinha o objetivo de orientar investimentos, especialmente em infraestrutura, e impulsionar o crescimento econômico, principalmente pela remodelação das instituições brasileiras e da produção industrial (Matos, 2002). O PNTE se inseria no contexto desse plano que previa a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e estabelecer e disseminar novas técnicas administrativas (Salles Filho, 2002). Segundo a Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971, parágrafo IV (Brasil, 1971, grifo nosso), o I PND a ser posto em atividade entre o período de 1972 a 1974 executaria as seguintes medidas:

- 1) Seleção dos órgãos da administração direta e indireta a serem reestruturados prioritariamente. A concentração de esforços objetivará o bom funcionamento dos órgãos existentes, a fusão dos que dupliquem tarefas, obstando-se a criação de novos órgãos.
- 2) Adoção, particularmente nas empresas governamentais, de métodos modernos de gestão e controle, institucionalizando-se o assessoramento para tomada de decisões, a análise de custos, a montagem de sistemas de informações, e o planejamento financeiro.
- 3) **Incremento da profissionalização da administração das empresas e de treinamento constante de executivos, para atualizá-los no tocante a processos tecnológicos e técnicas de gestão.**

³ Ainda que se reconheça a importância de nomear os sujeitos das histórias, manter o anonimato dos entrevistados foi a forma encontrada para que eles falassem mais livremente.

Dessa forma, estavam inseridas no projeto administrado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MPCG), chefiado à época por João Paulo dos Reis Velloso. Segundo consta no relatório de atividades da Financiadora de Estudos e Projetos (conforme documentação da Finep),⁴ órgão do ministério responsável pelo PNTE, o programa foi desenvolvido em consonância com os resultados de dois anos de pesquisas sobre a formação de gerentes e administradores no Brasil. As ações eram voltadas ao treinamento de executivos, especialmente em cursos para graduados, bem como o investimento direto e indireto em instituições de ensino superior, visando criar uma “infraestrutura” para a formação de quadros capacitados. Segundo Bertero (2006), no financiamento para o desenvolvimento de ensino e pesquisa, em nível federal, a Finep deve ser mencionada pelos esforços, incluindo o próprio PNTE para o início dos programas acadêmicos no Brasil. Assim como o I PND, o PNTE concentrou-se em atuar em áreas específicas no país, particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O PNTE se desenvolve no momento em que o governo militar fazia esforços para o desenvolvimento e consolidação da pós-graduação no Brasil. Esse esforço em torno do estabelecimento de um sistema de pós-graduação se alinha ao ideário da construção de um país moderno, na lógica do “Brasil Potência” delineada pelos militares (Saviani, 2008). O parecer de Newton Sucupira (Parecer CFE nº 977/1965) sobre a pós-graduação no Brasil indica sua inspiração estadunidense:

Sendo, ainda, incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema. O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação. Atendendo ao que nos foi sugerido pelo aviso ministerial, tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já provada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países.

Contudo, na percepção de Saviani (2008), o sistema de pós-graduação brasileiro se estabeleceu como um híbrido entre o modelo dos EUA e o europeu. O autor lembra que boa parte dos professores no Brasil havia sido formada na academia europeia, diferentemente do que ocorreu com a maior parte dos professores da FGV EAESP.

Conforme se vê na ata da 131ª sessão ordinária do Conselho de Administração da EAESP de 7 de dezembro de 1973, o PNTE atuaria nas áreas de graduação, pós-graduação e de aperfeiçoamento de dirigentes e executivos, dentro de uma concepção global cujas principais características abordariam as áreas de dirigentes e executivos. O treinamento de gestores e lideranças empresariais era considerado “um investimento dos mais prioritários e rentáveis”. O programa “estimularia projetos visando a propiciar, aos dirigentes e executivos que já participam da vida empresarial, conhecimentos dos novos horizontes abertos pelas modernas técnicas de administração”.⁵ Especificamente na área de pós-graduação, havia o estímulo a cursos de mestrado em administração de empresas para a formação de profissionais na área e de professores. Para tanto, os exemplos dos cursos de universidades americanas eram mencionados, como os de Stanford (curso de métodos

⁴ Relatório de atividades Finep 1965, jun. 1973.

⁵ Documentos básicos sobre o programa nacional de treinamento de executivos — MPCG, RAP 4/73, p. 98.

quantitativos), de Harvard (curso de política de decisões) e de Wharton (finanças da empresa), além de alguns cursos de escolas europeias.

A partir desses objetivos, em junho de 1973 foi firmado o acordo entre o governo federal e a Fundação Getulio Vargas para a cooperação de atividades do PNTE na EAESP. Conforme a Portaria nº 36 do MPGC:

Fica o Presidente do Conselho Diretor autorizado a firmar convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, visando a regular a colaboração daquela entidade, no fornecimento dos meios necessários para o funcionamento da Secretaria Executiva.

Particularmente em São Paulo, o PNTE forneceu recursos para a consolidação da pós-graduação na FGV EAESP, mas também financiando o funcionamento global da escola. Affonso Cavalcanti de Albuquerque Arantes, coordenador do PNTE, reforçou que o objetivo do convênio do governo federal com a escola da FGV era viabilizar a criação de um curso de mestrado em regime de tempo integral, visando à formação de professores, pesquisadores e administradores de alto nível, que atendessem às diretrizes da pós-graduação nacional. Interessante notar que o Centro de Pós-graduação em Administração (CPGA) da UFMG procurou a EAESP para pedir apoio em 1971, ou seja, dois anos antes do estabelecimento do PNTE (Andrade, 2005). Esse movimento indica que, embora a iniciativa do PNTE tenha sido elaborada pelo Ministério do Planejamento, já havia uma demanda para o tipo de esforço desempenhado. No caso, o programa da UFMG se estabeleceu dependente do apoio da EAESP, mas ganhou autonomia na medida em que novos professores formalmente capacitados começaram a trabalhar na instituição.

O PNTE se encerrou como projeto autônomo um ano antes da criação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (Anpad), em 1976, embora tenha continuado existindo sob a direção do Cebrae pelo menos até o fim da década. O Programa contribuiu indiretamente para o estabelecimento da associação que desempenha desde então papel importante na institucionalização da pós-graduação no Brasil. A partir da declaração de Cunha (1988), é possível afirmar que todos os programas surgidos com apoio do PNTE estavam presentes no primeiro seminário para avaliar a pós-graduação em administração brasileira.

4. O CURSO DA EAESP ATÉ A ATUAÇÃO DO PNTE

O PNTE foi estabelecido no bojo de um conjunto de iniciativas que miravam acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil dentro do modelo adotado pelos militares no governo. Naquele momento histórico, o nacionalismo se confrontava e às vezes se conformava à influência estadunidense. Esse embate contribuiu para moldar as instituições nacionais. Ao mesmo tempo, o país vivia uma “modernização” forçada de suas instituições com mudanças promovidas à força pelo governo ditatorial que, entre outras coisas, promoveu reformas no ensino superior em 1968 e no sistema de pós-graduação, com o estabelecimento de um regulamento de inspiração estadunidense, mas com certo hibridismo para os dois níveis de ensino (Cunha, 1988).

O Entrevistado 1 citou um documento que influenciou a caracterização da pós-graduação no Brasil na época estudada. O Parecer nº 977/1965, aprovado em 3 de dezembro de 1965 pelo ministro da Educação e Cultura, foi também conhecido como parecer “Newton Sucupira” (Alves e Oliveira,

2014). O escrito, considerado um marco dessas iniciativas para os cursos de especialização no país, definia e regulamentava a pós-graduação no país. Inicialmente, a distinção entre pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* foi delineada, ressaltando a importância do primeiro nível para a expansão de pesquisas no país. O exemplo dado no texto de pós-graduação *stricto sensu* existente foi o americano, com a seguinte justificativa: “Sendo, ainda, incipiente a nossa experiência em matéria de pós-graduação, teremos de recorrer inevitavelmente a modelos estrangeiros para criar nosso próprio sistema” (Almeida Junior et al., 1965).

Em seguida, foram definidas e fixadas as características dos cursos de mestrado e doutorado que deveriam ser respeitadas pelas instituições de ensino superior no país. Para caracterizar esses cursos em seus aspectos fundamentais, foram determinadas balizas mestras dentro das quais a estruturação dos cursos poderia sofrer algumas variações em função das peculiaridades de cada setor de conhecimento e das características das instituições. Os cursos de pós-graduação deveriam ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que seus diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais.

Conforme o Entrevistado 2, a primeira tentativa de estabelecimento de um curso de pós-graduação na FGV EAESP data ainda dos anos 1950, mas o primeiro esforço mais articulado se dá a partir de 1963 com a criação do Curso de Pós-graduação (CPG):

[O curso] começou com turnos diurnos e noturnos, inspirados nos MBAs americanos, que fazia uma adaptação dos MBAs americanos, porque havia também curso noturno lá. Demorava lá quatro anos, o meu demorava três. Lá demorava de quatro a cinco anos. E o turno era só de manhã. Isso era 1964, 1965. No final de 1965 eu criei o primeiro mestrado no Brasil [...] A partir de 1966, foi aprovado na congregação de dezembro de 1965, quer dizer, a EAESP FGV tinha um mestrado em administração de empresas. Para você fazer o mestrado, você completava as disciplinas do CPG e depois solicitava a matrícula do mestrado, fazia mais três disciplinas especiais e depois você apresentava uma dissertação, aí você era mestre. [...] Mas, veja, era um curso com a lógica dos MBAs americanos, ou seja, adaptado ao Brasil mas era um MBA profissional. Essa palavra não existia aqui na época, mas eu tinha isso muito claro para mim do mestrado profissional. Ninguém pensa em fazer MBA para virar professor, faz MBA para virar executivo. [...] eu me recusava terminantemente a transformar o meu CPG em um curso em mestrado acadêmico. Mas, eu sofri uma derrota. [...] exatamente no começo de 1972, entra o novo coordenador para a pós-graduação e a PG está totalmente mudada. A partir daquele ano o mestrado era rigorosamente acadêmico.

Boa parte dos professores da EAESP era treinada nos EUA. Isso tornou a escola mais permeável e, de certo modo, mais preparada para aquele modelo de ensino da pós-graduação. Isso é verdadeiro ainda que o Masters in Business Administration (MBA) como mestrado profissional tenha sido enfraquecido pela regulação à época. Os efeitos sobre o curso coordenado pelo professor Bresser-Pereira são indicativos disso. O curso havia sido pensado no formato dos MBA que aconteciam nos EUA. Segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, em relatório elaborado em 1972 sobre as divisões dos cursos de pós-graduação, o então CPG antes da modificação tinha uma experiência acadêmica bem-sucedida. Contudo, era excessivamente heterogêneo em seus objetivos, em seu corpo docente e em seu corpo discente. Os dados e os relatos indicam que o curso tinha um modelo exitoso até então. O CPG, desde que foi criado em 1963 (contando com duas experiências anteriores, em 1958 e 1960), havia

passado por pequenos aperfeiçoamentos, um deles mais profundo em 1966, quando foi criado o título de mestre, e em 1970, quando os cursos foram divididos em especialização e complementação do mestrado. A decisão de dividir o CPG possibilitou a criação de um mestrado separado do curso de especialização, com as seguintes características.

QUADRO 1 PRIMEIRA PROPOSTA DE CURSO DE MESTRADO NA EAESP

- Conhecimentos básicos em administração obtidos, em princípio, no curso de graduação ou nas disciplinas obrigatórias
- Poucos alunos (25 por classe no máximo)
- Contará com os melhores professores, sempre que possível, doutores
- Visou formar, em alto nível, com grande dose de orientação intelectual e capacidade de elaboração, não apenas profissionais, mas também professores e pesquisadores
- Cada aluno terá completa orientação acadêmica ou individual
- Foi designado em tempo integral
- Permitiu grande margem de escolha de cursos para os candidatos, com aprovação do orientador

Fonte: Carta de Bresser-Pereira (1972). Adaptado pelos autores.

Apesar de a FGV EAESP ter contado com apoio da Fundação Ford nos primeiros anos após a sua fundação para cumprir diversas atividades (Cooke e Alcadipani, 2015; Alcadipani e Bertero, 2012), nos anos 1970 a Escola passava por dificuldades em relação aos seus fluxos de caixa. Ao mesmo tempo, a manutenção do quadro docente face à competição das empresas que buscavam contar com esses profissionais agravava a situação. Nesse sentido, é possível entrever a importância do PNTE para a Escola, para além do apoio à pós-graduação: em reunião em agosto de 1974, o PNTE destinou Cr\$ 155.000,00 para o semestre corrente, dos quais Cr\$ 100.000,00 seriam aplicados em pesquisas e no curso de mestrado da escola.

A conjunção do estabelecimento de regras mais claras para a pós-graduação juntamente com a visão do MPCG de que a formação de professores de administração era um ativo estratégico para o bom desempenho das empresas no país justificou oficialmente o financiamento do PNTE via Finep e, posteriormente, o Cebrae. Por meio de uma verba do PNTE, foi possível, por determinação do professor Arantes, coordenador do PNTE, liberar recursos de cerca de US\$ 10.000,00, tendo sido adquiridos diversos equipamentos para uso do CPD. O Entrevistado 7 lembra o recurso destinado à FGV EAESP pelo PNTE:

[o recurso] foi um negócio muito importante aqui na escola na época, não sei se em 72 ou 73. Mas era uma coisa muito importante porque era um recurso que pagava aos professores um adicional muito importante, eu tenho a impressão que era um recurso que praticamente dobrava o salário destes professores. Ou seja, você tinha um salário de professor, e por ser desta categoria você tinha o seu salário praticamente dobrado. E houve uma disputa muito grande, tinha um número muito limitado de vagas e eu me lembro de uma disputa muito grande sobre quem seriam os professores escolhidos.

Na mesma linha, o Entrevistado 5 afirmou que:

era um volume de recursos, por qualquer critério, importante, do ponto de vista da escola, para apoiar pós-graduação, eram recursos destinados à pesquisa, eram destinados à remuneração de professores envolvidos no projeto para acabar [breve pausa] e foi um programa realmente importante enquanto durou. [...] acho que se não tivesse o PNTE, tanto nós como a Copead, quanto [...] [Minas Gerais], a pós-graduação não teria caminhado como caminhou, você teria no mínimo um atraso, no mínimo um *delay*, as coisas poderiam, mas mais tarde, só aconteceria, eu acho que esse apoio permitiu que as instituições fizessem isso juntas e foi importante para as três instituições.

Dessa forma, percebe-se que havia um movimento a favor do aperfeiçoamento da pós-graduação no Brasil, e que investimentos, tanto estrangeiros como nacionais, adentravam nessa corrente para o ensino superior no país. A seguir, apresentam-se as principais direções do PNTE na EAESP e, consequentemente, as principais dificuldades decorrentes desse processo.

5. A ATUAÇÃO DO CONVÊNIO DO PNTE NA EAESP

O PNTE foi negociado diretamente com o MPCG na esteira da aprovação pelo MEC do novo regime de pós-graduação *stricto sensu*. Em ata de reunião de 29 de junho de 1973, foi registrado que, segundo o ministro do Planejamento: “a EAESP, coloca-se como ‘escola-líder’” do Programa Nacional de Treinamento de Executivos. Sua implantação foi bem-vinda, pois a FGV EAESP enfrentava uma crise em várias frentes que dificultava a manutenção da escola.

A proposta tinha entre seus objetivos tornar o mestrado um programa mais rigoroso desde o processo seletivo. Embora o dinheiro não viesse rubricado, boa parte foi utilizada no mestrado, em salários, pesquisas e estímulo à publicação. O rigor com o curso de mestrado possibilitou a mudança de regime de trabalho dos professores para tempo integral. Serviu também para ampliar o rigor nos exames de seleção e estabeleceu regras para acompanhar o rendimento acadêmico.

Os recursos colocados à disposição da Escola foram de 4 milhões de cruzeiros somente para o ano de 1973, mais de 5 milhões de cruzeiros em 1974 e 6 milhões em 1975 (conforme ata do Conselho de Administração da EAESP de 29 de junho de 1973). Esses recursos foram investidos nas bibliotecas, contribuíram com o fundo de pesquisas e o fundo de bolsas, e na remuneração da supervisão de monografias. Montante expressivo foi aplicado na suplementação salarial dos professores que passaram a se dedicar em regime de tempo integral à FGV EAESP. Contudo, o acesso aos recursos precisou ser regulado, o que ensejou disputas, opondo modelos distintos de remuneração.

Trata-se do maior convênio jamais assinado pela Escola e que marca a transição do Mestrado de tempo parcial que vinha sendo feito até então, para um de tempo integral como exige a lei, cujos exames de seleção serão mais rigorosos e que contará com um número menor de alunos por classe. [Ata da reunião de 29 de junho de 1973]

O PNTE permitiu a experiência de um grupo de professores brasileiros inteiramente dedicados à escola, ao ensino e à pesquisa. Isso sempre foi uma dificuldade das IES brasileiras, especialmente

à época quando esse modelo de professor em dedicação integral praticamente não existia. A FGV EAESP contava com 18 professores inscritos no convênio com o PNTE. A maioria era de profissionais atuantes no mercado, menos propensos a se dedicar às atividades de pesquisa (ata do Conselho de Administração da EAESP, 26 de abril de 1974). Esses professores recebiam salários expressivamente melhores para deixarem outras atividades e se dedicarem apenas à escola. O PNTE permitiu o maior envolvimento com pesquisas, ainda que para isso fossem exigidas mudanças no comportamento do professorado, muitas vezes inexperiente na condução das mesmas.

O diagnóstico de inexperiência acadêmica era agravado por problemas relacionados com a implantação do PNTE na FGV EAESP: os recursos disponíveis, apesar de relevantes, eram insuficientes para a criação de um corpo docente totalmente de dedicação exclusiva, conforme o ideal para a formação de professores pesquisadores. A proposta elaborada pelo então professor Eduardo M. Suplicy sobre o sistema de remuneração dos professores de carreira na EAESP foi apresentada, procurando buscar maior equidade entre a remuneração do professor de tempo integral vinculado ao PNTE e do professor não vinculado ao programa. Segundo a proposta, a diferenciação entre professores vinculados e não vinculados ao PNTE situar-se-ia da seguinte maneira.

QUADRO 2 COMPARAÇÃO ENTRE PROFESSORES VINCULADOS AO PNTE E OS NÃO VINCULADOS

Professor vinculado ao PNTE	Professor não vinculado ao PNTE
Nível adjunto B	Nível adjunto B
Total de Cr\$ 11.661,54	Total de Cr\$ 8.400,00
40h semanais de trabalho diurno na EAESP	35 horas semanais de trabalho na EAESP
Disciplinar por semestre pelo menos uma matéria; no mestrado um mínimo de três cursos no semestre	Produzir material didático a cada dois meses
Realizar trabalho de pesquisa	Trabalhar em um projeto de pesquisa financiado pelo CPP
Manter até 10 alunos sob orientação	—

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da proposta do professor Eduardo Suplicy, em carta de 20 de maio de 1974.

Conforme defendido pelo professor Suplicy em carta de 20 de maio de 1974, embora provisório, o PNTE introduziu a diferença salarial entre os professores participantes e não participantes. Diante desse fato (25,4% de diferença nos salários), o professor propôs a reorganização dos vencimentos. Os docentes na época não vinculados ao PNTE foram excluídos do mesmo não por falta de mérito, mas por falta de vagas. A proposta apresentada visava que todos fossem remunerados igualmente. Segundo o professor Suplicy, o problema se tornava ainda mais grave, tendo em vista a alta inflação de 31% nos últimos anos em São Paulo, ante o reajustamento dos salários na instituição em 15%, o que aumentava a pressão para que o programa atendesse a todos os professores.

A apresentação da proposta enfatizou o conflito com relação a como seriam remunerados os professores na instituição. De um lado, a ideia de pagamento por tarefa. De outro, o pagamento por dedicação exclusiva defendido, entre outros, pelo professor Arantes, coordenador do PNTE. É interessante mencionar que havia uma carta do secretário executivo do PNTE na qual constava que a vinculação integral e exclusiva era solicitada aos partícipes. Além da equidade salarial, a proposta também visava estimular a presença dos professores na FGV EAESP. Por outro lado, o controle sobre eles deveria se dar de forma mais atenta, como indicado na ata do dia 28 de janeiro de 1974: “todo o trabalho de professor vinculado ao PNTE deveria ser reportado à Direção por meio do Chefe de Departamento”.

Entretanto, o convênio não obrigava a adoção de um regime de trabalho. Dessa forma, havia a alternativa de pagar os professores por tarefa, ainda que unicamente lecionar fosse considerada uma tarefa “um pouco pobre”, segundo o próprio diretor da Escola. É importante mencionar que no mesmo documento (Ata da 74ª Reunião do Conselho Departamental, em 25 de maio de 1974) é descrito que a graduação da EAESP deveria ser priorizada em face de outros cursos, como o de doutoramento. Ao final da sessão, foi solicitado ao professor Arantes como coordenador do PNTE a produção de um documento regulamentando tarefas adicionais e os possíveis níveis de remuneração.

Segundo alguns professores, o sistema de vinculação exclusiva era injusto, pois criaria privilégios e somente seria eficiente se houvesse verba para que todos os professores que desejassem e merecessem dele participar pudessem fazê-lo. Em carta de 27 de junho de 1974 ao diretor em exercício professor Carlos Osmar Bertero, o professor Bresser-Pereira, então chefe do Departamento de Economia da EAESP, descreve a aprovação final por unanimidade da proposta segundo a qual se deveria modificar o sistema de vinculação exclusiva e pagamento fixo aos professores, dando lugar ao sistema de pagamento por tarefa. Este último sistema, então definido como substituto, caracterizar-se-ia pelo regime pelo qual as disciplinas ensinadas, pesquisas, material didático, orientação de alunos, entre outros aspectos, eram pagos pela demanda por atividade na escola, e foi aprovado sem nenhum voto discordante e sem nenhuma ressalva, dada a convicção de todos os presentes na reunião, conforme descrito em ata.

Avalia-se também, pelas falas do professor no mesmo documento, a dificuldade da participação dos professores em sugestões e opiniões sobre o projeto. Conforme Bresser-Pereira descreve:

Imaginava agora que o CD [Conselho Departamental] ia ser convocado para discutir e implementar esta proposta (*de nova forma de pagamento no PNTE*), quando recebo a carta acima citada, a qual teria sido fruto de uma decisão pessoal do prof. Carlos Malferrari. Não estou de acordo com esta decisão. Não estou também mais disposto a discutir no CD problemas relativos ao PNTE, já que nossas decisões não são consideradas. [carta escrita por Bresser-Pereira, 1974:2]

Com relação ao curso do mestrado, segundo carta ao diretor da escola em 22 de maio de 1974, o regime de tempo integral não estava sendo cumprido. O professor Arantes sugeriu em outra carta (do dia 24 de maio de 1974) soluções para o problema orçamentário do PNTE: o professor da EAESP só se vincularia em regime de dedicação exclusiva ao PNTE se tivesse assegurada sua atividade docente em pelo menos dois cursos do CMA. Dessa forma, era preciso fazer com que os vinculados arcassem com a maior parte da carga docente desse curso.

Outro problema apontado era a disparidade no número de pesquisas das áreas humanísticas e das áreas técnicas. Professores ligados às áreas técnicas tinham orientação profissionalizante e pragmática. Ao mesmo tempo, quanto mais especializados em áreas valorizadas pelas empresas,

mais eles tinham condições de exigir salários mais elevados. Por outro lado, professores das áreas humanísticas eram mais orientados para pesquisas e tendiam a se dedicar mais à escola. Em outras palavras, a produção intelectual na Escola era maior nas áreas humanas do que nas áreas técnicas da administração à americana. Alguns professores viam a situação como uma falha a ser corrigida, pois a Escola se propusera desde sua fundação a ter intenso contato com o setor empresarial. Para solucionar essa disparidade, assim como ocorreu em escolas estadunidenses, foi proposta a implantação de um esquema de trabalho segundo o qual “o professor-pesquisador ou produz ou sai da escola” (*publish or perish*). Ou seja: determinar-se-ia um prazo de sete anos para a produção de uma determinada quantidade de artigos e livros (Ata de Reunião do Conselho Departamental de 26 de abril de 1974).

Este ambiente que rapidamente se tornava mais próximo da ideia moderna de academia e da demanda por produção científica por parte do corpo docente dos programas, estimulou a ideia da criação de um curso de doutorado. Apesar dos cursos de Mestrado serem prioritários nos investimentos do PNTE, o mesmo programa tornou possível que fossem estabelecidas as condições para a abertura de um curso de doutorado na instituição. Esse curso permitiu que novos professores pudessem ser treinados na própria FGV EAESP, o que estava alinhado à demanda de que a escola se tornasse um centro formador de pessoas para outras instituições de ensino. O início do curso foi aprovado para o segundo semestre de 1976, com oito doutorandos selecionados entre trinta candidatos. Ambos os cursos *stricto sensu* estavam integrados e o doutorado não demandou grandes transformações como o mestrado. O doutorado se adaptava às estruturas organizacionais que já estavam sendo delineadas pelo programa de mestrado. Entretanto, fica evidente, especialmente na abertura do Doutorado, a ideia de um sentido de missão e pioneirismo da escola diante do contexto histórico da época.

O então diretor prof. Carlos Osmar Bertero afirmou que o lançamento do Doutorado era uma expectativa antiga da FGV EAESP, do meio universitário brasileiro e de muitos dos que já possuíam o Mestrado por esta instituição. Embora a criação do curso de doutorado em administração fuja do escopo desta pesquisa, é importante ressaltar que ele pode ser considerado uma decorrência do PNTE e dos investimentos realizados na FGV EAESP. Isso reforça ainda mais a ideia de que o programa teve um papel importante no estabelecimento da pós-graduação em administração no Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para compreender o papel do governo federal na expansão do ensino de pós-graduação na década de 1970, ao analisar sua atuação direta por meio da Finep e da implantação do PNTE. Além disso, ao analisar o caso da EAESP, foi possível relacionar os delineamentos do programa público do PNTE para a formação de executivos para a constituição do ensino superior em administração no Brasil. No contexto mais geral, analisar esse convênio que abarcou outras três instituições de ensino permite entender a disposição do governo da época em atuar em auxílio às instituições como um reflexo do “espírito do tempo”. Isto é: como efeito de uma política de governo em uma organização específica a partir das condições contextualizadas ao período histórico correspondente. Por esse motivo, é pertinente afirmar que o PNTE, como iniciativa pública condizente com uma época de fomento às perspectivas desenvolvimentistas do país, foi determinante no estabelecimento dos primeiros programas de mestrado e do primeiro programa de doutorado no Brasil.

Durante a vigência do PNTE na FGV EAESP, ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas no processo de reforma dos cursos de pós-graduação, principalmente relacionadas com a dedicação dos professores e as respectivas remunerações pelos trabalhos na instituição. Foram identificadas dispari-

dades de financiamento e até mesmo de interesse em áreas de pesquisas na escola, e nessas situações a instituição buscou se inspirar em experiências estadunidenses a fim de encontrar soluções. Foram observadas mudanças significativas no ensino acadêmico da EAESP a partir da atuação do PNTE na instituição, correspondendo aos requisitos do convênio para o incentivo às pesquisas no Brasil e solucionando problemas anteriores mencionados pelos professores envolvidos no antigo curso de pós-graduação da Escola, o CPG.

Neste trabalho, a análise se concentrou nos efeitos dos primeiros anos do PNTE na FGV EAESP devido ao lugar que a escola buscou ocupar no desenvolvimento do campo do saber administrativo institucionalizado no Brasil. Entretanto, o modelo de gestão adotado com referência às experiências internacionais influenciou nas demais instituições de ensino em administração e no próprio modelo de gestão pública. Além do contexto nacional envolvendo a necessidade de investimentos educacionais, é possível supor que o modelo estadunidense, ainda que de cunho híbrido como defendido por Alcadipani e Bertero (2012), tenha mantido sua influência na atuação do convênio. Contudo, mesmo que ao financiar os cursos supracitados o PNTE tenha contribuído para a difusão da matriz estadunidense que vigorava na FGV EAESP, ele também contribuiu para a formação de quadros e, conseqüentemente, de um pensamento localizado nacionalmente. Dessa maneira, o americanismo não foi o único fator para o desenvolvimento das instituições de ensino superior, sendo o contexto nacional apresentado também substancial para o feito.

Percebe-se que, ao estudar o desenvolvimento de programas voltados à capacitação de profissionais para gestão e tomadas de decisão, há não somente uma preocupação com a formação de uma elite dirigente para esse patamar na administração pública (Wanderley, 2016). Há também um incentivo, por parte da própria estratégia de desenvolvimentismo característico do governo brasileiro no século XX, para modelar a gestão pública conforme o padrão ocidental vigente da época. O PNTE propôs influenciar a área pública de acordo com esses parâmetros de gestão e, conseqüentemente, se revela em um esforço público para a formação desses gestores.

Destarte, reitera-se a importância de entender as relações entre governo e as instituições públicas e privadas para aprimoramento dos estudos sobre a história do ensino em administração e, conseqüentemente, para o delineamento da administração pública no Brasil. Mais do que entender como se formalizou o PNTE no governo brasileiro no passado, é possível compreender suas atividades como de cunho público para a formação dos conhecimentos em administração para o ensino superior, inclusive para níveis de pesquisa para a formação de cursos de mestrado e doutorado na área. Indiretamente, a discussão aponta que o contexto socioeconômico de meados do século XX no Brasil não pode ser entendido sem a compreensão adequada da atuação do Estado como mediador de interesses e centralizador de decisões. Isso se impõe ao pesquisador que deseja entender o país, sem necessariamente minimizar a importância da conjuntura internacional e da atuação estadunidense no Brasil.

Por fim, ao desenvolver a pesquisa sobre as atividades do convênio na FGV EAESP, estimula-se a elaboração de trabalhos sobre as demais instituições que participaram do mesmo plano em questão, inclusive instituições públicas de ensino. Os parâmetros norteadores levados em consideração para o estabelecimento dos cursos de pós-graduação financiados pelo PNTE apontam para duas das mais importantes universidades federais do país, UFMG e UFRJ, e para um dos principais centros de formação de gestores públicos, a FJP. Aponta, também, para a preponderância dos três maiores estados do Sudeste no delineamento da política, ainda que se saiba que ela ensejou ações em outras partes do país. Isso mostra que a concentração de programas de pós-graduação em administração nessa região reflete uma decisão inicial do governo federal.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos O. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284-299, maio/jun. 2012.
- ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos O. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.
- ALMEIDA JUNIOR, Antonio F. et al. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. *Rev. Bras. Educ.*, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- ALVES, Miriam F.; OLIVEIRA, João F. Pós-graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *RBPAAE*, v. 30, n. 2, p. 351-376, 2014.
- ANDRADE, Luís A. G. Construindo uma instituição moderna. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EN AMÉRICA DEL SUR, 5., 2005, Mar del Plata. *Anais...* Mar del Plata: Cigu, 2005. p. 1-13.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Calculadora do cidadão*. Correção de valores. 2018. Disponível em: <www4.bcb.gov.br/Pec/Correcao/corrige.asp?idpai=correcao>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- BARRETO, Osvaldo. Escola de Administração da UFBA: 40 anos de história. *Organizações & Sociedade (O&S)*, v. 6, n. 15, p. 9-14, 1999.
- BARROS, Amon. Uma narrativa sobre os cursos superiores em administração da Face/UFMG: dos primeiros anos à sua unificação em 1968. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 7-25, 2014.
- BARROS, Amon; ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos O. A criação do curso superior em administração na UFRGS em 1963: uma análise histórica. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 58, n. 1, p. 3-15, jan./fev. 2018.
- BARROS, Amon; CARRIERI, Alexandre P. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 256-273, 2013.
- BARROS, Amon et al. Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, p. 43-67, 2011.
- BERTERO, Carlos O. *Ensino e pesquisa em administração*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- BRASIL, 1971. *Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971*. I Plano Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- CARNEIRO, Adéle T. *A Escola Superior de Administração e Negócios nos primeiros vinte anos (1941-1961): uma análise sobre o currículo em administração*. 2015. 166 f. Dissertação (mestrado em administração de empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.
- CLARK, Peter; ROWLINSON, Michael. The treatment of history in organization studies: towards an 'historic turn'? *Business History*, v. 46, n. 3, p. 331-352, 2004.
- COELHO, Fernando; NICOLINI, Alexandre. Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de administração pública no Brasil (1966-1982). *Organizações e Sociedade*, v. 20, n. 66, p. 403-422, jul./set. 2013.
- COOKE, Bill. The management of the (third) world. *Organization*, v. 11, n. 5, p. 603-629, set. 2004.
- COOKE, Bill; ALCADIPANI, Rafael. Towards a global history of management education: the case of the ford foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil. *Academy of Management Learning & Education*, v. 14, n. 4, p. 482-499, 2015.
- COSTA, Alessandra; SARAIVA, Luís A. Memória e formalização do passado nas organizações. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1761-1780, nov./dez. 2011.
- COSTA, Alessandra de S. M.; BARROS, Denise F.; MARTINS, Paulo E. Perspectiva histórica em administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 3, p. 288-229, jul./set. 2010.
- COVRE, Maria de L. M. *A formação e a ideologia do administrador de empresas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

- CUNHA, Luiz A. *A Universidade reformanda — o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DWIVEDI, Onkar P.; NEF, Jorge. Crises and continuities in development theory and administration: first and third world perspectives. *Public Administration and Development*, v. 2, p. 59-77, 1982.
- FISCHER, Tânia; WAIANDT, Claudiani; FONSECA, Renata. A história do ensino em administração: contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 911-939, jul./ago. 2011.
- FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 24, n. 4, p. 278-288, out./dez. 1984.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: volume 5: O risorgimento, notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- JACQUES, Roy S. History, historiography and organization studies: the challenge and the potential. *Management and Organizational History*, v. 1, n. 1, p. 31-49, fev. 2006.
- KELLEY, Elizabeth S.; MILLS, Albert J.; COOKE, Bill. Management as a Cold War phenomenon? *Human Relations*, v. 59, n. 5, p. 603-610, 2009.
- KIESER, Alfred. Why organization theory needs historical analyses — and how this should be performed. *Organization Science*, v. 5, n. 4, p. 608-620, nov. 1994.
- LANDAU, Ori. Cold War political culture and the return of systems rationality. *Human Relations*, v. 59, n. 5, p. 637-663, maio 2006.
- LAWRENCE, Barbara S. Historical perspective: using the past to study the present. *Academy of Management Review*, v. 9, n. 2, p. 307-312, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MACHADO, Marina B. *O Ensino de administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- MATOS, Patrícia de O. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. 2002. 184 f. Dissertação (mestrado) — Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROWLINSON, Michael. Management & organizational history: the continuing historic turn. *Management & Organizational History*, v. 8, n. 4, p. 327-328, 2013.
- SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, a. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.
- SALLES FILHO, Sérgio. Política de ciência e tecnologia no I PND (1972/1974) e no I PBDCT (1973/1974). *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, p. 397-419, 2002.
- SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. *Cad. Cedes*, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.
- STOLER, Ann Laura. *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- ÛSDIKEM, Behlül; KIESER, Alfred. Introduction: history in organization studies. *Business History*, v. 46, n. 3, p. 321-330, jul. 2004.
- VALE, Miriam P.; ALCADIPANI, Rafael; BERTERO, Carlos O. Caminhos diferentes da americanização na educação em administração no Brasil: a EAESP FGV e a FEA USP. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 837-872, out./nov./dez. 2013.
- VIZEU, Fábio. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 1, p. 37-47, jan./mar. 2010.
- WANDERLEY, Sérgio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913-936, nov./dez. 2016.
- WEATHERBEE, Terrance G. Caution! This historiography makes wide turns: historic turns and breaks in management and organization studies. *Management & Organizational History*, v. 7, n. 3, p. 203-218, 2012.

Amon Barros

Professor da FGV EAESP, doutor em administração pela UFMG. E-mail: amon.barros@fgv.br.

Adéle de Toledo Carneiro

Doutoranda em administração de empresas na FGV EAESP. E-mail: carneiro.at@gmail.com.